

A interiorização do ensino superior em Pernambuco e seus efeitos na mobilidade pendular¹

Wilson Fusco²

Ricardo Ojima³

Introdução

Durante a década passada, a ampliação do número de vagas em instituições de ensino superior no interior de Pernambuco, muito superior ao crescimento da população local, resultou em maior acesso da população local a esse nível de ensino. Como consequência, além de oferecer a oportunidade aos residentes de determinados municípios para aceder ao ensino universitário, esse processo permitiu a residentes de municípios vizinhos a mesma opção, aos quais, de outro modo restaria a alternativa de buscar um diploma em instituições da capital ou da respectiva Região Metropolitana. Esse cenário alternativo, certamente, continuaria a interpor obstáculos à necessária melhoria na formação dessa população, cenário este que vem sendo superado no período recente.

A implantação de instituições de ensino superior no interior do estado foi realizada tanto por tanto pela iniciativa privada quanto pela esfera pública – federal e estadual -, mas tal processo de interiorização ganhou relevante impulso com o programa federal de expansão do Ensino Superior, adotado desde 2003. No Nordeste foram criados 42 novos campi, dos quais seis foram implantados em Pernambuco, todos no interior do estado. Além desse programa federal, o governo estadual também tem instalado campi da Universidade Estadual de Pernambuco em municípios do interior. Os municípios contemplados com a ampliação de vagas para universitários e

¹ Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto: “Migração e políticas sociais no semiárido setentrional: características sociodemográficas e fatores de atração/retenção” (CNPq Processos: 471968/2014-5 e 444798/2014-5). Observatório das Migrações Nordestinas (UFRN/Fundaj) / Programa de Pós-Graduação em Demografia (UFRN).

² Sociólogo e Doutor em Demografia. Pesquisador Associado da Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: <wilson.fusco67@gmail.com>

³ Sociólogo e Doutor em Demografia. Professor Adjunto no Departamento de Demografia e Ciências Atuariais (DDCA) e do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: <ricardo.ojima@gmail.com>

selecionados para este estudo foram: Caruaru, Garanhuns, Petrolina⁴, Serra Talhada e Vitória de Santo Antão. O presente texto tem como objetivo investigar os efeitos da recente interiorização da educação superior em Pernambuco nos movimentos pendulares de municípios selecionados.

Crescimento populacional em perspectiva

De acordo com os resultados para recortes territoriais selecionados apresentados na Tabela 1, a diminuição do ritmo de crescimento entre os dois períodos observada para o país só encontra semelhança com a evolução da população em Garanhuns e no agrupamento Petrolina-Juazeiro, pois os demais recortes territoriais apresentaram crescimento superior no período mais recente, ou manteve o passo durante as duas décadas, como é o caso da população do estado de Pernambuco. A situação de Petrolina-Juazeiro merece destaque, pois apesar do incremento proporcionalmente menor na última década, seu crescimento foi o maior de todos os recortes analisados, em ambos os períodos. Por outro lado, dos municípios que tiveram intensificação no ritmo de crescimento, a maioria ficou abaixo do que foi anotado para o Brasil, à exceção de Caruaru, que só foi superado pelo de Petrolina-Juazeiro.

Cabe ressaltar que a população do estado de Pernambuco como um todo apresentou ritmo mais próximo ao do Brasil, pois se manteve em 11,1% nos dois períodos, enquanto que no país o crescimento caiu de 15,6% entre 1991 e 2000 para 12,3% entre 2000 e 2010. Este desempenho converge com o que vem sendo divulgado para a Região Nordeste no que se refere à diminuição de fluxos emigratórios e à importância dos movimentos de retorno, resultado em menores saldos negativos e em alguns saldos positivos para territórios específicos (CAMPOS et al, 2012; OJIMA, 2012; FUSCO, 2012).

Não é objetivo deste estudo investigar as causas para o desempenho migratório de cada recorte territorial aqui citado, mas, de modo geral, pode-se dizer que Pernambuco apresentou melhor desempenho em termos de trocas migratórias se comparado a outros

⁴ Para operacionalizar as análises referentes ao município de Petrolina, optou-se por agrupar a população deste município com a população do município de Juazeiro-BA, uma vez que ambos encontram-se conurbados, e a investigação sobre pendularidade entre eles não atenderia aos propósitos deste estudo.

estados em função do desenvolvimento econômico evidenciado na última década. Ainda que não se possa comprovar, por meio dos dados aqui utilizados, que o crescimento no número de vagas em instituições de ensino superior tenha contribuído com o desempenho na dinâmica migratória, acredita-se que um dos efeitos da interiorização do ensino superior seja exatamente o de dinamizar a economia local, o que proporciona a possibilidade de atração, ou retenção, de trabalhadores.

Tabela 1 – Brasil e lugares selecionados. População e respectivo crescimento proporcional por lugar de residência segundo ano do censo. 1991/2010.

Lugar de residência	1991	2000	2010	Variação %	
				91/00	00/10
Brasil	146.825.475	169.799.170	190.755.799	15,6	12,3
Pernambuco	7.127.855	7.918.344	8.796.448	11,1	11,1
Caruaru - PE	213.697	253.634	314.912	18,7	24,2
Garanhuns - PE	103.341	117.749	129.408	13,9	9,9
Petrolina - PE/Juazeiro - BA	304.173	393.105	491.927	29,2	25,1
Serra Talhada - PE	72.341	70.912	79.232	-2,0	11,7
Vitória de Santo Antão - PE	106.848	117.609	129.974	10,1	10,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010.

Evolução no acesso ao ensino superior

Embora, também, não seja possível associar diretamente a evolução da população ao incremento de vagas em instituições de nível superior, ou seja, não é possível determinar o quanto o aumento dessas vagas influenciou no comportamento migratório local, a ampliação do acesso da população a este nível de ensino é inquestionável. De acordo com a Tabela 2, as populações dos municípios em questão apresentaram relevante aumento na proporção de estudantes em nível universitário, superior ao de Pernambuco e ao do Brasil, o que evidencia o benefício às áreas do interior do estado. Colocado de forma mais detalhada, enquanto que o número de alunos em nível superior aumentou 135% no Brasil e 156% em Pernambuco – o que mostra uma vantagem comparativa do estado frente ao país -, os municípios em tela apresentaram aumento que vão de 221% (Garanhuns) a 425% (Serra Talhada) no número de estudantes universitários.

Tabela 2 – Brasil e lugares selecionados. População de estudantes em nível superior e respectivo crescimento proporcional por lugar de residência segundo ano do censo. 2000-2010.

Lugar de residência	2000	2010	Variação %
Brasil	3.026.558	7.119.165	135,2
Pernambuco	93.689	239.962	156,1
Caruaru	2.262	8.137	259,7
Garanhuns	1.289	4.133	220,6
Petrolina/Juazeiro	4.305	15.678	264,2
Serra Talhada	438	2.301	425,3
Vitória de Santo Antão	859	2.931	241,2
Total dos municípios	9.153	33.180	262,5

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

A Tabela 3 mostra o número de alunos matriculados em instituições públicas de ensino superior em 2000 e 2010 e o aumento proporcional no período. Nesse caso, o agregado de matrículas em Pernambuco (87%) cresceu proporcionalmente menos que no país como um todo (122%) no período. Inicialmente, pode-se dizer que, apesar do importante incremento de universitários observado no decorrer de uma década em Pernambuco, o aumento de vagas em instituições públicas não foi suficiente para diminuir a diferença com relação à média nacional, nem, ao menos, foi o bastante para manter a situação no estado nesse quesito, provocando ampliação na desigualdade, no que se refere ao acesso de seus residentes à universidade pública, com relação a outras UFs do país.

Ainda que o estado de Pernambuco não tenha conseguido manter sua posição relativamente ao acesso de seus residentes ao ensino superior público e gratuito frente ao agregado do país, os residentes dos municípios em estudo, sim, avançaram neste aspecto. O pequeno número de matriculados em uma instituição pública de ensino superior em Serra Talhada, em 2000, exige cautela em sua avaliação quando se observa a variação para 2010, mas, ainda assim, merece destaque o aumento de 1.533% no número de estudantes dessa categoria no município. De qualquer forma, todos os municípios do interior pernambucano aqui analisados e que apresentaram ampliação das vagas em questão o fizeram em proporção superior ao estado e ao país, o que leva à conclusão de que, nessas localidades, o acesso à universidade pública foi ampliado de forma a diminuir a desigualdade em relação à capital do estado e ao país.

Tabela 3 – Brasil e lugares selecionados. População de estudantes em instituições públicas de nível superior e respectivo crescimento proporcional por lugar de residência segundo ano do censo. 2000-2010

Lugar de residência	2000	2010	%
Brasil	938.846	2.084.935	122,1
Pernambuco	39.905	74.460	86,6
Caruaru	411	1.965	378,1
Garanhuns	624	2.035	226,1
Petrolina/Juazeiro	2.628	8.992	242,2
Serra Talhada	43	702	1.532,6
Vitória de Santo Antão	293	712	143,0
Todos os municípios	3999	14406	260,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Perfil dos estudantes do ensino superior

A ampliação do acesso ao ensino universitário durante a última década ocorreu de forma a alterar minimamente a composição dos universitários segundo o sexo, passando a representação dos estudantes de sexo masculino, no conjunto dos municípios deste estudo, de 39,1% para 38,8%, ou seja, diminuindo sua participação, de acordo com a Tabela 4. Individualmente, no entanto, as mudanças aconteceram no sentido ora de aumentar a participação feminina, como em Caruaru (de 56,8% para 61,4%) e em Garanhuns (de 54,1% para 61,9%), ora de majorar a representação masculina, como em Petrolina/Juazeiro (de 37,6% para 40,3%), em Serra Talhada (de 23,1% para 34,2%), e em Vitória de Santo Antão (de 34,2% para 35,9%). Pressupõe-se que tal alteração na composição tenha relação com particularidades dos cursos com vagas criadas/ampliadas, que atraem mais homens ou mais mulheres, assim como estratégias domiciliares para a realização de demandas reprimidas a tanto tempo por essas vagas.

Tabela 4 – Municípios selecionados. Proporção da população de estudantes em instituições de nível superior por lugar de residência segundo sexo e ano do censo. 2000-2010.

Município de residência	2000		2010	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Caruaru	43,2	56,8	38,6	61,4
Garanhuns	45,9	54,1	38,1	61,9
Petrolina/Juazeiro	37,6	62,4	40,3	59,7
Serra Talhada	23,1	76,9	34,2	65,8
Vitória de Santo Antão	34,2	65,8	35,9	64,1
Todos os municípios	39,1	60,9	38,8	61,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Se as vagas para universitários criadas no período, no conjunto das instituições públicas e privadas, provocaram leve aumento proporcional de mulheres no nível superior, aquelas criadas exclusivamente em universidades públicas tiveram o efeito inverso, ainda que, também, moderadamente. Segundo a Tabela 5, a proporção de estudantes do sexo masculino aumentou de 39,8% para 41,4% no agregado dos municípios selecionados. Cabe destacar que, à exceção de Petrolina/Juazeiro, foram as mulheres que ampliaram participação no grupo de universitários durante a última década, mas a importância do volume de vagas criadas nessa localidade é tamanha, que foi ela a determinar a tendência do grupo de municípios investigados. A idade foi outra variável a modificar a composição dos universitários durante a década passada: a média de idade passou de 25,9 para 24,9 anos, sempre com os homens ligeiramente mais jovens que as mulheres. Pressupõe-se que a possibilidade de realização de estudos em nível superior em seu próprio município (lembrando que estamos falando de municípios do interior do estado), ou em sua cercania, resultou em alternativa para muitos jovens que, em outra realidade, iriam passar para o mercado de trabalho diretamente, com todos os aspectos negativos da falta de qualificação para uma melhor perspectiva profissional.

Tabela 5 - Municípios selecionados. Proporção da população de estudantes em instituições públicas de nível superior por lugar de residência segundo sexo e ano do censo. 2000-2010

Município de residência	2000		2010	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Caruaru	52,7	47,3	46,8	53,2
Garanhuns	40,5	59,5	34,8	65,2
Petrolina/Juazeiro	36,0	64,0	41,6	58,4
Serra Talhada	61,9	38,1	43,9	56,1
Vitória de Santo Antão	50,5	49,5	39,8	60,2
Todos os municípios	39,8	60,2	41,4	58,6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Outro aspecto importante observado como consequência da interiorização do ensino superior em Pernambuco foi a maior participação das pessoas que declararam cor/raça diferente da “branca”, como pode ser visto na Tabela 6, que mostra essa variável para os estudantes matriculados em instituições de nível superior, tanto públicas como particulares. Em todos os municípios a proporção de brancos diminuiu, de forma que no agregado dos municípios essa participação caiu de 60,9% em 2000 para 49,0% em 2010. O maior destaque foi registrado em Caruaru, onde as pessoas declaradas “pretas” e “pardas” tiveram sua proporção praticamente dobrada no período. Cabe destacar, ainda, a presença, ainda que mínima, de “indígenas” em algumas cidades no censo de 2010, considerando que essa categoria não tinha representantes em 2000.

Tabela 6 - Municípios selecionados. Proporção da população de estudantes em instituições de nível superior por lugar de residência segundo cor/raça e ano do censo. 2000-2010.

Município de residência	2000				
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Caruaru	79,8	1,3	0,0	18,9	0,0
Garanhuns	59,3	0,0	0,0	40,7	0,0
Petrolina/Juazeiro	51,8	5,6	0,8	41,8	0,0
Serra Talhada	53,3	4,3	0,0	42,3	0,0
Vitória de Santo Antão	62,7	1,2	0,0	36,2	0,0
Todos os municípios	60,9	3,3	0,4	35,4	0,0
Município de residência	2010				
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Caruaru	60,7	2,9	0,8	35,4	0,2
Garanhuns	59,0	2,4	0,9	37,5	0,2
Petrolina/Juazeiro	40,1	7,1	2,1	50,3	0,4
Serra Talhada	50,9	3,1	1,0	45,0	0,0
Vitória de Santo Antão	48,1	6,3	1,4	44,2	0,0
Todos os municípios	49,0	5,1	1,5	44,2	0,3

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

A Tabela 7 também mostra os universitários segundo raça/cor, mas, neste caso, são exibidos somente os matriculados em instituições públicas de ensino superior. A composição desse grupo já evidenciava um acesso ao nível superior com maior participação de pessoas não brancas do que os resultados da Tabela 6. Como era de se esperar, a criação de vagas em universidades federais e estaduais nos municípios selecionados durante a década de 2000 proporcionou maior participação de não brancos, intensificando o efeito de democratização do ensino superior nessas áreas.

Tabela 7 - Municípios selecionados. Proporção da população de estudantes em instituições públicas de nível superior por lugar de residência segundo cor/raça e ano do censo. 2000-2010.

Município de residência	2000				
	Cor/Raça				
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Caruaru	81,9	0	0	18,1	0
Garanhuns	59,5	0	0	40,5	0
Petrolina/Juazeiro	48,6	8,1	0,8	42,6	0
Serra Talhada	83,7	0	0	16,3	0
Vitória de Santo Antão	64,6	3,4	0	32	0
Todos os municípios	55,3	5,5	0,5	38,7	0
Município de residência	2010				
	Cor/Raça				
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena
Caruaru	62	4	0,5	33,5	0
Garanhuns	56,9	3	1,1	38,6	0,4
Petrolina/Juazeiro	39,9	7,9	1,9	50,1	0,2
Serra Talhada	52,6	4,6	0	42,9	0
Vitória de Santo Antão	51,3	5,9	2,8	40	0
Todos os municípios	46,5	6,4	1,5	45,4	0,2

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Impacto nos movimentos pendulares

A intensificação dos movimentos pendulares nos municípios selecionados em função da ampliação do acesso ao ensino superior no período analisado é o aspecto de maior relevo em termos quantitativos. O agregado dos municípios registra um aumento de 1.254% durante o período analisado nos deslocamentos pendulares para estudo. Ressalte-se que o aumento da pendularidade para universitários no Recife, capital do estado, foi de 385% no mesmo período. O menor aumento observado em Vitória de Santo Antão, de 614%, deve-se, provavelmente, à menor distância da capital, fato que deve direcionar boa parte dos estudantes de municípios do entorno para as oportunidades na própria cidade do Recife ou de sua Região Metropolitana. Caruaru, por sua vez, com uma das melhores infraestruturas do interior, grande número de vagas e relativa proximidade com a capital, chega a atrair pessoas de todo o estado, incluindo

muitos residentes do Recife nesse contingente, o que a faz exibir o maior quantitativo de pendulares dentre os lugares estudados.

Ainda que já tenha sido comentado, deve-se ressaltar que, além de começar a satisfazer uma demanda reprimida há décadas por vagas universitárias nos municípios do interior pernambucano, esse processo também proporcionou aos residentes de municípios próximos a viabilidade de ingressar nessa categoria de ensino. Esse processo de criação de vagas em instituições de ensino superior, incluídas aí as universidades gratuitas, federais e estaduais, tem proporcionado diminuição das desigualdades educacionais em termos de raça/cor, renda e localização geográfica (interior-capital), além de intensificar trocas populacionais cotidianas nesses municípios, trazendo fatores positivos e negativos.

Tabela 8 - Municípios selecionados. Número de deslocamentos pendulares para estudar em instituições de nível superior por município onde estuda segundo ano do censo e aumento proporcional no período. 2000-2010.

Município onde estuda	Ano		Variação %
	2000	2010	
Caruaru	423	6.875	1.526,1
Garanhuns	153	3.265	2.039,3
Petrolina/Juazeiro	259	2.993	1.054,0
Serra Talhada	181	2.616	1.346,6
Vitória de Santo Antão	312	2.227	613,7
Todos os municípios	1.328	17.976	1.254,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010.

Esse crescimento expressivo dos deslocamentos pendulares com fins de estudo aponta para a mesma direção do que já vem sendo evidenciado pela literatura acerca da ampliação dos espaços de vida também fora de contextos metropolitanos (OJIMA; MARANDOLA JR, 2012). E a interiorização do ensino superior parece contribuir significativamente para que os deslocamentos pendulares também se amplifiquem. É claro que elementos que reduzam os obstáculos intervenientes à pendularidade, como melhoria do sistema viário ou maior acesso a meios de transporte, também jogam papel fundamental nessa equação. Mas talvez seja exatamente a minimização destes obstáculos um dos aspectos considerados para que essa interiorização do ensino ocorresse neste momento.

Além disso, se for considerado o peso relativo que esse contingente populacional que se desloca diariamente para estudar em município diferente de onde reside, pode-se perceber que não se trata apenas de um efeito da composição etária favorável aos deslocamentos. Ou seja, em alguns contextos a participação daqueles que chegam para estudar em um município do interior causa um importante impacto no volume e perfil demográfico local. Isso significa dizer que, para além de uma política de interiorização do ensino, há repercussões para a gestão pública local que nem sempre são contabilizadas em todas as suas dimensões. Afinal, além da atração de estudantes que passam parte do dia em cidade distinta, há todo o complexo de recursos humanos que também passa a viver (ou pendular) nesses municípios pequenos. São docentes, técnicos administrativos, pessoal terceirizado contratado e uma cadeia de empregos indiretos no setor de serviços.

Tabela 9 – Distribuição de municípios localizados fora de contextos metropolitanos segundo a proporção de pessoas que realizam deslocamento pendular pelo total da população do município de origem e de destino do movimento, 2000 e 2010

Deslocamentos pendulares pelo total da população do município (em %)	Municípios de Origem				Municípios de Destino			
	2000		2010		2000		2010	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Até 2%	2.096	40,5	1.186	22,7	4.026	77,8	2.640	50,5
2% a 5%	2.098	40,5	2.303	44,0	927	17,9	1.924	36,8
5% a 10%	765	14,8	1.238	23,7	173	3,3	487	9,3
Mais de 10%	215	4,2	505	9,7	48	0,9	181	3,5
TOTAL	5.174	100,0	5.232	100,0	5.174	100,0	5.232	100,0

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 2000 e 2010. Em Ojima; Marandola Jr, 2012.

Dentro desta perspectiva, justifica-se uma evidência importante de mudança ocorrida entre 2000 e 2010. Os municípios fora de contexto metropolitanos que apresentavam proporções elevadas de pessoas realizando deslocamentos pendulares totais (considerando estudo e trabalho) tiveram crescimento expressivo. A Tabela 9 mostra que os municípios não metropolitanos que apresentavam mais do que 10% de sua população realizando deslocamentos pendulares passa de 215 para 505 quando considerado o município de origem de deslocamento.

Mas é ainda mais expressivo quando se trata do município de destino do deslocamento. Os municípios que recebiam um contingente de pessoas que representava mais do que 10% da sua população residente passou de 48 para 181. Ou seja, muitos

municípios não metropolitanos passaram a receber um volume de pessoas que impacta significativamente na rotina diária desta localidade e modifica a dinâmica regional de uma forma nunca antes imaginada para estes contextos do interior pernambucano. Do ponto de vista analítico, tais processos poderiam ser entendidos como uma modalidade sertaneja de cidades-região (SCOTT et al, 2001), pois os fluxos econômicos, políticos e (agora) também populacionais se expandem para um conjunto de municípios que passam a depender simbioticamente e se complementam em funções e vocações regionais.

Enfim, são ainda notas preliminares em desenvolvimento pelo projeto de pesquisa e busca, entre outras coisas, entender melhor as especificidades da mobilidade populacional no contexto nordestino. As mudanças nos fluxos e intensidades das migrações nordestinas estariam fortemente associadas à mudanças profundas que ocorreram nessa região. As políticas sociais e institucionais focalizadas na região e, sobretudo, na região que adentra ao semiárido, tiveram efeitos radicais que merecem ser estudados a partir de uma perspectiva local. São condições e condicionalidades novas e que só agora foram incorporadas ao modelo teórico de explicação da mobilidade populacional.

Referências

- CAMPOS, J.; RIGOTTI, J. I. ; BAPTISTA, E. A. Migração de retorno no Brasil nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010. In: *Anais...*, Águas de Lindóia, 2012.
- FUSCO, W. Regiões metropolitanas do Nordeste: origens, destinos e retornos de migrantes. *REMHU* (Brasília), v. XX, p. 101-116, 2012.
- OJIMA, R. As migrações recentes no Rio Grande do Norte: notas sobre um estado ganhador . *Cadernos de Estudos Sociais*, v. 27, p. 147-154, 2012.
- OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. . Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 14, p. 103-116, 2012.
- SCOTT, A. et al. “Cidades-regiões globais”. *Espaço & debates*, v. 17, n. 41, p. 11-25, 2001.